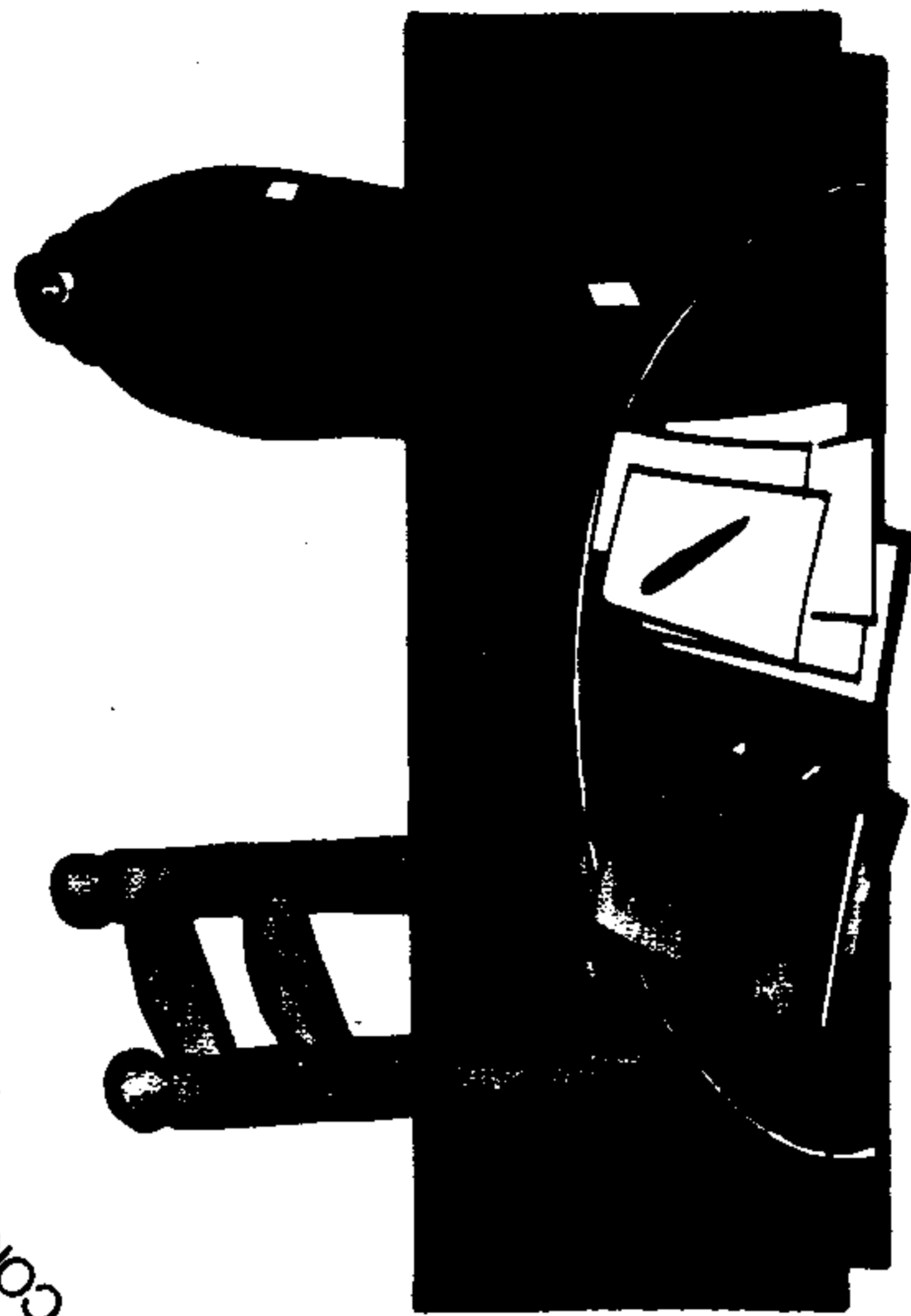


colecção primeiros passos



Ricardo C. Antunes

O QUE É O SINDICALISMO

ria, sua história e seu sindicalismo. Para tanto, introduz algumas questões preliminares para todos aqueles que, envolvidos ou não na condição de assalariados, buscam principiar no entendimento *do que é o sindicalismo*.

Daí que nos parece desnecessário frisar que ele foge a todas as regras de um trabalho *acadêmico*. Se não bastasse o seu caráter meramente introdutório, destina-se especialmente àqueles pessoas cujo cotidiano se desenvolve fora dos muros da universidade.

Sob estas condições este texto foi concebido.

Nele se encontram duas partes: a primeira mostra as origens do sindicalismo, suas várias concepções, sua importância e os seus limites dentro da sociedade capitalista moderna. A segunda faz um *sintético* balanço da história do movimento sindical brasileiro, destacando seus principais momentos, desde a criação das organizações de auxílio mútuo na segunda metade do século XIX até às recentes greves dos metalúrgicos do ABC.

Agosto/79

RICARDO ANTUNES

1ª Parte

ORIGENS, EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA DOS SINDICATOS

O advento do capitalismo e o papel dos sindicatos

“Os sindicatos representaram, nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união da classe.”

A sociedade capitalista encontrou em meados do século XVIII plenas condições para a sua expansão. O intenso desenvolvimento das máquinas, substituindo a produção artesanal e manufatureira, consolidou o capitalismo, que agora ingressava na fase industrial.

O maquinismo desenvolveu-se prodigiosamente, tornando-se mesmo uma lei imperativa para os fabricantes capitalistas na concorrência que faziam entre si, em busca de maiores lucros. Porém, o emprego da força mecânica e das máquinas nos novos ramos industriais, assim como a utilização de máquinas mais avançadas em ramos já mecanizados, deixaram sem trabalho um grande número de operários. Esse excedente de mão-de-obra substituído pela máquina na fortaleceu ainda mais o capitalista que, a partir

de então, passou a pagar um salário ainda mais humilhante para os operários.

Neste momento a divisão da sociedade atingiu sua plenitude; constituíram-se as duas classes fundamentais e antagônicas que compõem a sociedade capitalista. De um lado os capitalistas, que são proprietários dos meios de produção, como as máquinas, matérias-primas e que vivem da exploração da grande massa da população, e, de outro, os proletários, que se encontram privados de toda a propriedade dos meios de produção e que só dispõem de sua força de trabalho, isto é, da sua capacidade de produzir. Noutras palavras, o produto criado pelo trabalho do operário passou a ser apropriado pelo capitalista. E subsiste dentro da sociedade capitalista a *Lei do Salário* que, como demonstrou Engels em seus *Escritos Sobre o Socialismo*, acarretando cada vez mais a diminuição da remuneração do trabalhador, reforça as cadeias que tornam cada vez mais o operário escravo do produto gerado pelas suas próprias mãos. Essa tendência ao rebaixamento dos salários atinge um nível tal, que só é suficiente para a reprodução do trabalhador, forçando-o a uma jornada de trabalho extenuante, cheia de “horas extras”, além de ver sua mulher e filhos, estes na maioria das vezes ainda em idade precoce, trabalhando sob condições desumanas.

Como decorrência dessa situação, os operá-

rios, que inicialmente não dispõem de outra coisa senão sua força de trabalho, subordinam-se aos interesses e à força do capital, mantendo com esse uma relação sempre desigual. A grande força que possuem é, em contrapartida, a sua quantidade, que cresce quanto mais se desenvolve o capitalismo. Porém, essa quantidade é anulada quando há desunião entre a classe, o que não acontece com os capitalistas que, facilitados pelo seu reduzido número, encontram-se sempre organizados e coesos na defesa da propriedade privada e dos lucros. Os operários encontrarão em suas organizações próprias condições para dispor de um meio de resistência eficaz contra essa pressão constante pela baixa de salários.

É neste momento que surgem os sindicatos; estes nasceram dos esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e a dominação do capital. Os sindicatos têm como finalidade primeira impedir que os níveis salariais coloquem-se abaixo do mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família. Os operários unidos em seu sindicato colocam-se de alguma maneira em pé de igualdade com o patronato no momento da venda de sua força de trabalho, evitando que o capitalista trate *isoladamente* com cada operário. Esta é a função primeira dos sindicatos: impedir que o operário se veja obrigado a aceitar um salário inferior ao mínimo indispensável para o

seu sustento e o da sua família.

Os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer.

A atuação dos sindicatos baseia-se nas lutas cotidianas da classe operária. Mas além disso, os sindicatos constituem-se também força organizadora da classe operária na luta pela supressão do sistema de trabalho assalariado. Devem ser considerados como centro de organização dos operários visando sua emancipação econômica, social e política.

O sindicato, ao tornar-se representante dos interesses de toda a classe operária, conseguiu agrupar em seu seio todos os assalariados que não estavam organizados, evitando que o operário continuasse sua luta isolada e individual frente ao capitalista. A partir do momento em que os operários constituíram suas organizações de classe, ficou mais difícil para o capitalista baixar desmesuradamente o salário ou aumentar excessivamente a jornada de trabalho.

O nascimento do sindicalismo e das lutas operárias: os trade-unions

“Se a história das organizações sindicais inglesas teve momentos de derrotas e vitórias, é inegável que elas constituíram a primeira tentativa efetiva dos trabalhadores de organizarem-se na luta contra os capitalistas. Ao conseguirem abater a concorrência existente entre os operários unindo-os e tomando-os solidários em sua luta, ao se utilizarem das greves como principal arma contra os capitalistas, os operários conseguiram dar os primeiros passos na luta pela emancipação de toda a classe operária.”

A Inglaterra viveu, na segunda metade do século XVIII, um processo de desenvolvimento intenso. O advento do vapor e das máquinas transformou as manufaturas em grandes indústrias modernas, criando as novas bases da sociedade capitalista. Vivia-se a etapa da produção em larga

Presentemente os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação e fiscalização dos salários, da jornada de trabalho e da legislação social. É graças à ação sindical que a Lei dos Salários é controlada pelos próprios operários. Mais ainda: o papel dos sindicatos é fornecer aos operários alguns meios de resistência na sua luta contra os excessos do capitalismo. Essa luta subsistirá enquanto a redução dos salários continuar a ser o meio mais seguro e mais fácil para o capitalista aumentar seus lucros, ou seja, enquanto durar o próprio sistema de salários. A simples existência dos sindicatos é a prova disso: se não lutassem contra a usurpação do capital, diz Engels, para que serviriam?

Os sindicatos representaram, nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe.*

* Lenin, *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, Ed. Escriba, p. 50.

escala. Cada vez mais se acentuava a divisão da sociedade em grandes capitalistas, de um lado, e proletários, de outro, mediados por uma massa de pequenos comerciantes e artesãos, segmento fluante e oscilante da população. O capitalismo iniciava um processo que ainda haveria de desenvolver, mas já trazia consigo toda uma gama de transformos sociais, como a superexploração do trabalho, que atingia até 16 horas por dia, a exploração das mulheres e das crianças, o trabalho sem condições mínimas de salubridade, além da aglomeração da população operária em locais sem as mínimas condições de vida e habitação.

O intenso desenvolvimento do processo de produção capitalista teve, como já nos referimos, a necessidade de recorrer cada vez mais ao uso das máquinas, o que coadunava com os interesses dos capitalistas que procuravam auferir lucros cada vez maiores. Vimos também que dentro destas circunstâncias a introdução das máquinas trouxe a substituição de grandes contingentes de mão-de-obra, que foram lançados ao desemprego. Daí as primeiras manifestações de revolta dos operários visarem a destruição das máquinas.

Engels, em seu célebre estudo *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, mostrou que a forma mais elementar de luta da classe operária marcou uma resistência violenta à introdução das máquinas. Os primeiros inventores foram inicial-

mente perseguidos e suas máquinas destruídas. Mas essa forma de revolta era isolada, limitada e não conseguiu conter o inimigo maior que era o próprio poder do capitalista. Mais ainda, colocou a sociedade inteira contra os operários pelo seu gesto considerado brutal. Era pois necessário encontrar uma forma de oposição mais eficiente e que representasse um avanço nas lutas da classe operária.

Foi de grande importância para esse avanço a lei votada em 1824 pelo Parlamento inglês, onde se conquistou o direito que até então era restrito às classes dominantes: a livre associação. Na verdade as associações sindicais já existiam na Inglaterra desde o século anterior, mas eram violentamente reprimidas no desempenho de suas atividades, o que dificultava a organização dos trabalhadores. Conquistado o direito de livre associação as uniões sindicais — *trade-unions*, como as chamam os ingleses — desenvolveram-se por toda a Inglaterra, tornando-se bastante poderosas. Em todos os ramos industriais, diz ainda Engels, formaram-se *trade-unions* com o objetivo de fortalecer o operário na luta contra a exploração capitalista. As *trade-unions* passaram então a fixar os salários para toda a categoria, evitando com isso que o operário atuasse isoladamente na luta por melhores salários. Passaram também a regulamentar o salário em função do lucro, obtendo aumentos que

acompanhavam a produtividade industrial e nivelando-o a toda categoria.

As *trade-unions* negociavam com os capitalistas a criação de uma escala de salários, forçando sua aceitação, e deflagravam greve sempre que esses salários eram rejeitados. Ante as constantes manobras dos capitalistas, as *trade-unions* auxiliavam financeiramente os operários em greve ou desempregados, através das "Caixas de Resistência", o que aumentava sobremaneira a capacidade de luta da classe operária e tornava arriscado para o capitalista diminuir os salários ou aumentar as horas de trabalho.

Outro avanço que se procurou obter foi a aglutinação das várias categorias de uma região numa federação. Em 1830 constituiu-se uma associação geral de operários ingleses — a "Associação Nacional para a Proteção do Trabalho" — cujo objetivo era atuar como central de todos os sindicatos. Reuniu operários têxteis, mecânicos, fundidores, ferreiros, mineiros etc. Na vanguarda deste movimento encontrava-se o operariado fabril de Lancashire, ocupados nas fábricas de tecidos. A Associação era liderada por John Doherty (um operário que já nos anos 20 era secretário do Sindicato dos Fiadores de Algodão em Manchester) e reunia cerca de 100 000 membros, além de uma publicação periódica, *A Voz do Povo*, com uma tiragem inicial de 30 000 exemplares. A função

principal da Associação Geral era resistir à diminuição dos salários e dar apoio aos operários em greve. Uma vez desrespeitado o salário fixado pelas *trade-unions*, estas enviavam uma delegação junto ao patronato exigindo a aceitação dos salários previamente estabelecidos pela escala. Se isso não fosse suficiente a Associação recorreria à paralisação de todos os operários daquele ramo ou setor. Estas greves eram parciais, em uma determinada fábrica ou setor de produção, ou generalizadas, quando atingiam todo um ramo de produção, como os têxteis, mineradores etc. Estes eram os meios legais utilizados pela Associação Geral e somente se consolidavam em vitórias quando correspondiam a uma maciça organização e atuação dos operários.

A medida que surgiam estas associações sindicais, os patrões, através das demissões, começaram a pressionar e obrigar os operários a renunciar formalmente de participar da vida sindical. Isso fez com que várias associações sindicais fossem posteriormente extintas, o que demonstrou quão árdua foi a luta dos operários pela sua organização nos sindicatos.

Destaque nesta luta das *trade-unions* inglesas deve ser dado a Robert Owen, industrial que se tornou posteriormente um dos precursores do socialismo utópico inglês. Diz Engels em seu ensaio *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* que, enquanto se limitou ao papel filan-

trópico e assistencialista, Owen só recolheu riqueza, aplausos, honra e fama, não só entre os homens de sua classe burguesa, mas também entre os governantes e o Estado. Contudo, a partir do momento em que formulou suas teorias socialistas, foi banido e perseguido pelos capitalistas e pelo Estado, além de ser ignorado completamente pela imprensa. Owen aproximou-se cada vez mais dos interesses da classe operária, onde ainda atuou durante algumas décadas. "Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais registrados na Inglaterra no interesse da classe trabalhadora estão ligados ao nome de Owen. Assim, em 1819, após cinco anos de grandes esforços conseguiu que fosse votada a primeira lei limitando o trabalho da mulher e das crianças nas fábricas. Foi ele quem presidiu o Primeiro Congresso em que as *trade-unions* de toda a Inglaterra se fundiram numa única e grande organização sindical": Grande União Consolidada dos Trabalhadores, criada em 1834 e que se dedicou a sustentar as greves que eclodiram por toda parte na Inglaterra.

Foi Owen quem organizou as cooperativas de consumo e de produção que serviram para demonstrar, na prática, que o comerciante ou intermediário e o proprietário capitalista não são indispensáveis e, por outro lado, organizou ainda os mercados operários, estabelecimentos de trocas dos produtos por meio de bônus do trabalho, cuja unidade era a hora produzida. O que Owen não conseguiu perceber —

e por isso foi um socialista utópico — é que a transformação da sociedade capitalista não seria pacífica e através de reformas, mas sim a partir da luta violenta entre as classes, conforme mostraram Marx e Engels no célebre *Manifesto Comunista de 1848*.

Se a história destas Associações é caracterizada por momentos de vitórias e de derrotas, é inegável que elas constituíram a primeira tentativa efetiva de organização dos trabalhadores na luta contra os capitalistas. Ao conseguirem abater a concorrência existente entre os operários, unindo-os e tornando-os solidários em sua luta, ao utilizarem-se das greves como a principal arma contra os capitalistas, os operários conseguiram dar os primeiros passos na luta pela emancipação de toda a classe operária.

A evolução do sindicalismo e suas várias concepções: anarquista, reformista, cristã, corporativista e comunista

Desde seu nascimento, os sindicatos mostraram-se fundamentais para o avanço das lutas operárias. E sua evolução não se limitou à nação inglesa. O crescente desenvolvimento das atividades industriais em França, Alemanha, E.U.A. e outros países, já na segunda metade do século passado, fez emergir um proletariado cada vez mais forte, tanto quantitativa quanto qualitativamente. O movi-

mento sindical expandiu-se. Floresceram as greves em todo o mundo capitalista, desde os países mais avançados até aqueles de industrialização mais atrasada. A classe operária ganhava novas dimensões e avançava na batalha pela sua emancipação; em 1866 realizou-se o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, reunindo representantes operários de todo o mundo. Lá estavam presentes as idéias anarquistas de Bakunin, de Proudhon e as idéias comunistas de Marx e de Engels. Neste Congresso reafirmou-se a importância da criação dos Sindicatos, definida como uma das tarefas primordiais do proletariado.

“Estas associações devem não só lutar contra os ataques do capital, como também devem trabalhar conscientemente como locais de organização da classe operária em busca do grande objetivo que é a sua emancipação radical. Devem ajudar qualquer movimento social ou político que tenha esta direção.”

O proletariado iniciou um processo de luta, desencadeando desde reivindicações puramente econômicas até movimentos propriamente políticos, como o Cartismo na Inglaterra, as Revoluções de 1848 em França e Alemanha e a célebre Comuna de Paris de 1871. Em todos estes eventos a participação da classe operária foi decisiva.

No movimento sindical o *trade-unionismo*,

que aspirava reivindicações predominantemente econômicas, já não era a única tendência.

Uma segunda tendência emergiu em países como França e Itália, onde a classe operária ainda não atingira o grau altamente concentrado da indústria inglesa e onde a exploração capitalista atingia níveis ainda mais violentos. Precursora do anarquismo, esta segunda corrente se auto-intitulou “revolucionária”. Enfatizando que a sociedade capitalista não se transformaria através de reformas, os “sindicalistas revolucionários” acreditavam que somente a greve geral poderia levar à transformação radical da sociedade. Os principais teóricos desta corrente foram o francês Georges Sorel e o italiano Arturo Labriola. Eles acreditavam que a prática da luta exclusivamente econômica, através da ação direta nas fábricas e da deflagração da greve geral, constituía-se na única forma de ação efetivamente revolucionária da classe operária. Dizia Sorel que a ação direta violenta e a greve geral, levando ao conflito as distintas classes sociais, acarretariam uma possível vitória dos operários, devido à justiça de sua causa, a sua maioria numérica e a sua superioridade física, esquecendo-se que a isto os patrões contra põem toda a violência da força militar e repressiva do Estado capitalista. Sorel ainda rechaçava de antemão a necessidade da luta política, inclusive aquela efetuada no parlamento, e negava qualquer forma de organização partidária, entendida sempre

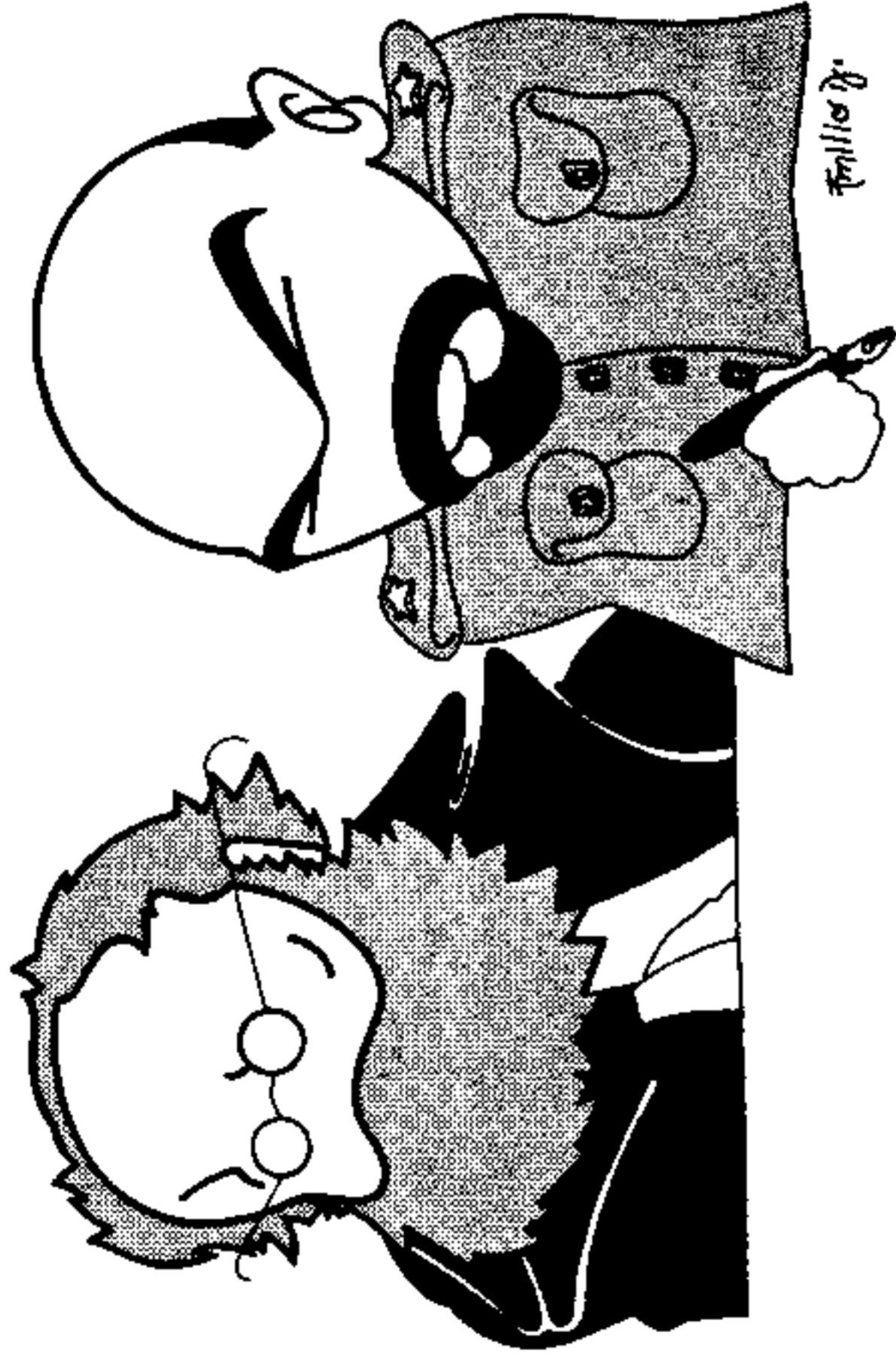
como sendo utópica e reacionária. O "mito soreliano" da greve geral espontânea caracteriza, segundo o filósofo marxista Georg Lukács, a rebelião de sua ideologia pequeno-burguesa e irracionalista, e que cada vez mais se distancia da verdadeira ideologia do proletariado. Dado o caráter emocional e a ausência do verdadeiro conteúdo proletário — o que fez com que Lenin o definisse como um "conhecido confusionista" —, as idéias de Sorel foram demagógicamente exploradas pelo fascismo de Mussolini.

Uma terceira tendência foi aquela constituída pelos sindicalistas anarquistas que, coincidindo com os sindicalistas "revolucionários", também negavam violentamente a luta política e enfatizavam a importância e a exclusividade dos sindicatos no processo de emancipação da sociedade. Para Bakunin, por exemplo, os sindicatos, além de "organização natural das massas", seriam o "único instrumento de guerra verdadeiramente eficaz" na construção da sociedade anarquista baseada na autogestão e na negação de qualquer forma de administração estatal. Proudhon, Kropotkin e Malatesta foram outros teóricos desta concepção libertária. Embora comportando algumas tendências distintas, o anarquismo enfatizava o papel do sindicato não só como órgão de luta, mas também como núcleo básico da sociedade anarquista. A concepção anarquista propagou-se nos

países europeus de menor desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, de menor concentração industrial, onde predominavam as pequenas indústrias como na Espanha, França, Itália, Portugal, e penetrou também na maioria dos países latino-americanos.

Lenin faz agudas críticas aos anarquistas, mostrando alguns fundamentos de sua ideologia individualista e pequeno-burguesa: a defesa da pequena propriedade, a negação da força unificadora e organizadora do poder (os anarquistas propugnavam a abolição do Estado antes mesmo da supressão das classes antagonicas) e a incompreensão da verdadeira dimensão política da luta de classe do proletariado. Tudo isto acarretou a subordinação da classe operária à ideologia burguesa, sob a falsa aparência de negação da política, apregoada pelos anarquistas.

Outra corrente do movimento sindical, que tem suas origens no *trade-unionismo* inglês, é aquela denominada reformista, uma vez que se opõe à atuação revolucionária do proletariado. Sem negar o princípio de que os sindicatos constituem um meio de luta a fim de obter reivindicações justas, os reformistas pretendem uma simples melhora da situação dos trabalhadores dentro do sistema capitalista. O maior exemplo desta corrente é o sindicalismo norte-americano. Na herança das *trade-unions*, o sindicalismo



Proudhon e Lenin

norte-americano pauta sua atuação no terreno estritamente economicista e reivindicatório, nunca abalando, mas sim se ajustando ao sistema capitalista. Sua recusa a um "sindicalismo político" é violenta e data desde a criação da Federação Americana do Trabalho, em fins do século passado, quando a luta operária grevista atingiu ampla repercussão (mais de cinco mil greves em 1886), objetivando conquistar a jornada de oito horas. Vale lembrar que o Dia do Trabalho, universalmente celebrado pela classe operária de todo o

mundo em primeiro de maio, tem origem nesta luta dos operários norte-americanos — os Mártires de Chicago — pela redução da jornada de trabalho. Depois de violenta repressão policial às greves, quatro operários são condenados à morte e outros à prisão perpétua sob a falsa acusação de terem cometido um atentado. A partir de então o 1º de Maio tornou-se um dia de luta de toda a classe operária.

Apesar destas lutas no fim do século passado, a Federação Americana do Trabalho prática, até os dias de hoje, um sindicalismo que nega a luta de classes e que se limita a uma estreita defesa dos interesses corporativos. O movimento sindical norte-americano, neste seu apoliticismo, expressa uma ideologia conservadora e adequada aos interesses do capitalismo e, apesar de ter sua estrutura sindical totalmente independente do Estado, não consegue exercer uma atuação autônoma, uma vez que sua prática sindical encontra-se totalmente subordinada à ideologia capitalista dominante, da qual objetiva extrair algumas melhorias para o operário norte-americano.

Sem romper com a concepção reformista, encontramos ainda a corrente do sindicalismo cristão que se inspirou, em sua origem, na encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII. Essa corrente adota uma ampla colaboração social e reconhece a legitimidade de princípio das organizações sindicais, sem

que isto implique radicais transformações no regime capitalista da propriedade privada. A concepção cristã atribui ao capitalismo a necessidade de desenvolver sua função social, tornando-o um sistema "justo e equitativo". A Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, criada no Congresso de Haia em 1920, afirmou que "a vida econômica e social implica a colaboração de todos os filhos de um mesmo povo. Rejeita, portanto, a violência e a luta de classes, quer do lado patronal, quer do lado operário". A influência do sindicalismo cristão é ainda hoje bastante grande em alguns países, como a Itália.

Outra corrente dentro do sindicalismo — a corporativista — datou das primeiras décadas deste século, durante a vigência do fascismo. Seu aparecimento só foi possível através da violenta repressão ao movimento sindical e operário antifascista, acabando com as verdadeiras lideranças operárias, além de uma prática de intensa manipulação das massas populares. Em 1927 Mussolini decretou a Carta Del Lavoro, que organizou os sindicatos italianos nos moldes corporativistas: as corporações tornaram-se subordinadas e dependentes do Estado fascista. Expressava a política da paz social, da colaboração entre as classes, conciliando o trabalho ao capital, negando violentamente a existência da luta de classes, com o nítido objetivo de garantir a acumulação capitalista em larga escala e com um

alto grau de exploração da classe operária. As corporações italianas aglutinavam representantes dos capitalistas e dos operários de todas as categorias que contribuíam para a produção de determinado produto. Por exemplo, na corporação dos cereais, na Itália, participavam os representantes dos patrões e dos trabalhadores dos moinhos, padarias, confeitarias, comércio de cereais, técnicos agrícolas etc. Com isso se evitava a criação de corporações por categoria, que mais facilmente refletiriam os conflitos de classe, pois que dela participariam os patrões e os trabalhadores de uma única categoria — por exemplo, os capitalistas proprietários de indústrias metalúrgicas e os operários empregados naquelas indústrias —, refletindo diretamente as disparidades existentes entre eles.

Nos sindicatos fascistas, diz Togliatti em *Lições sobre o Fascismo*, participavam conjuntamente patrões e operários, capitalistas e proletários, fundamento para a implementação da ideologia corporativista. É importante ressaltar que o corporativismo somente se organizou depois que os trabalhadores foram privados de qualquer representação, quando foram destruídos todos os partidos políticos da classe operária, liquidada a liberdade sindical, liberdade de reunião e demais liberdades democráticas.

Por fim, devemos fazer referência à concepção comunista de sindicalismo.

Lenin, em *Que Fazer?*, demonstrou que o movimento sindical, quando totalmente isolado das demais lutas de toda a sociedade, acaba incorrendo numa atuação demasiadamente "economicista", *trade-unionista*. Daí a importância da atuação dos comunistas dentro dos sindicatos para transformar a luta *trade-unionista* numa luta mais ampla pelo fim do sistema capitalista, aproveitando os vislumbres de consciência política que a atuação econômica introduz no operário e elevando esta consciência ao nível de uma consciência revolucionária.

Na Rússia czarista, fase imperial anterior à Revolução Socialista de 1917, os sindicatos que surgiram nos fins do século XIX foram locais de organização fundamentais para o avanço da classe operária. Em São Petesburgo, por exemplo, o movimento sindical foi muito ativo, sendo justamente daí que nasceu a Revolução de Fevereiro, que antecipou a Revolução Socialista de Outubro.

A partir do momento em que a classe operária tomou o poder através da revolução, tornou-se necessário alterar o significado e a função dos sindicatos. Os sindicatos tornaram-se, sob o socialismo, uma organização que englobou a quase totalidade dos operários da indústria. Porém com um novo caráter, conforme disse Lenin em *Sobre os Sindicatos*: os sindicatos tornaram-se uma organização educadora da massa operária, uma orga-

nização que dá instrução, uma escola de governo, uma escola de administração, enfim, uma escola de comunismo. É uma escola de tipo completamente desconhecido no capitalismo, pois nos sindicatos não há mestres e alunos, mas sim uma escola que cada vez mais forma os setores mais avançados do proletariado.

Durante a ditadura do proletariado, os sindicatos situam-se entre o Partido e o poder do Estado. Houve inclusive um debate entre Lenin e Trotsky, em 1921, sobre os vínculos entre os sindicatos e o Estado socialista. Enquanto Trotsky defendia a necessidade de estatizar os sindicatos, isto é, torná-los órgãos estatais, Lenin demonstrou que os sindicatos, mesmo sob o socialismo, ainda deveriam manter-se como órgão de defesa dos interesses materiais dos trabalhadores na luta pela democracia proletária. Ressaltava a dupla tarefa dos sindicatos durante a ditadura do proletariado: é, de um lado, através das lutas diárias dos sindicatos que as massas aprendem a caminhar em direção ao socialismo. De outro, os sindicatos são uma "reserva de força" do Estado. Na verdade, na fase de transição do capitalismo para o socialismo os sindicatos assumem algumas tarefas fundamentais, tais como: organização e direção da produção, evitando inclusive as sabotagens contra-revolucionárias dos inimigos da revolução; a melhoria da situação econômica dos operários; a melhoria da

desastres para a classe operária quando certos setores procuraram criar organizações paralelas: não podemos deixar de achar um absurdo ridículo e pueril, diz ainda Lenin, as argumentações ultra-sábias e pretensamente revolucionárias daqueles que defendem idéias de que não se deve atuar nos sindicatos reacionários, e, mais ainda, de que é preciso abandonar os sindicatos e organizar obrigatoriamente uniões operárias "paralelas e livres".

Mesmo quando comportando certas características reacionárias, como a estreiteza grupal, o apolitismo, o reformismo, nem por isso deixou de ser o sindicato uma "escola de guerra", uma escola preparatória para os operários na luta contra o capitalismo. Daí a necessidade premente de os operários mais avançados instruir, ilustrar, educar as camadas mais atrasadas da classe operária.

Não atuar dentro dos sindicatos reacionários, diz ainda Lenin, significa abandonar as massas operárias insuficiente desenvolvidas ou atrasadas à influência dos líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos operários aristocratas ou "operários aburguesados". É uma obrigação da vanguarda mais avançada dos operários trabalhar obrigatoriamente onde estiverem as massas. É necessário saber superar todos os obstáculos e barreiras que se colocam entre a vanguarda e as massas; é necessário realizar uma propaganda sistemática, pertinaz, perseverante e paciente, exatamente nas instituições, associações e

sindicatos onde estejam presentes as massas, por mais reacionárias que sejam. E os sindicatos, diz ainda Lenin, são precisamente as organizações onde estão as massas. Isolar-se deles implica o isolamento das massas operárias, inevitavelmente uma palavra de ordem "infantil e esquerdista" e que atende aos interesses exclusivos da burguesia.

Sendo a organização mais massiva e que abarca todos os operários dos distintos ramos industriais, os sindicatos mostram-se como um terreno fértil para o avanço de todos os setores do proletariado, mesmo aqueles mais atrasados e com menor experiência de luta, uma vez que é no seu sindicato, junto com os operários mais avançados, que eles comem a entender toda a complexidade da luta contra os capitalistas.

Mesmo durante a época do fascismo, quando a ditadura da classe burguesa assumiu a sua forma mais violenta, o terreno dos sindicatos mostrava-se o mais vulnerável e onde as contradições de classe penetravam de forma mais imediata. Foi exatamente a partir de uma atuação lenta e vigorosa dentro dos sindicatos fascistas e ditatoriais que se conseguiu forjar as grandes organizações sindicais necessárias para a derrota da ditadura capitalista.

Não atuar dentro dos sindicatos, a pretexto do seu caráter reacionário, apolítico, *trade-unionista*, é o melhor serviço que se pode prestar aos interesses dos capitalistas.

A luta pela unidade sindical

A luta pela unidade sindical tem sido, desde os primeiros tempos, uma luta incansável da classe operária visando o seu fortalecimento e união contra os interesses capitalistas.

Também não é recente o interesse dos capitalistas e dos falsos representantes da classe operária em dividir de todas as formas o sindicalismo operário, visando com isso seu enfraquecimento. Quando se propõe o pluralismo sindical está-se diante de uma tentativa concreta de gerar o divisionismo no seio da classe operária e da sua luta sindical. O princípio do pluralismo sindical garante, a pretexto de uma falsa liberdade sindical, o aparecimento de vários sindicatos de uma dada categoria e em uma única base territorial. Esse princípio, que vai de encontro aos interesses da burguesia, baseia-se no fato de que não deve haver adesão de todos os operários de uma mesma categoria a um único sindicato. Com isso permite-se a criação de vários sindicatos para uma única categoria em uma mesma região, o que, em vez de fortalecer um único sindicato, cria vários pequenos sindicatos. Exemplificando: em vez de existir um único sindicato dos metalúrgicos em uma região, tem-se vários pequenos sindicatos naquele mesmo local. Nada interessa menos à classe operária...

Outra decorrência do princípio do pluralismo sindical é que, em vez de se lutar pela criação de

uma Central Sindical dos trabalhadores, forte e unitária, os adeptos do pluralismo defendem a criação de várias centrais sindicais independentes entre si, como acontece em vários países da Europa, onde existe a central sindical controlada pelos comunistas, outra pelos democratas-cristãos, outra pelos socialistas-democratas, e ainda outras de expressão menor.

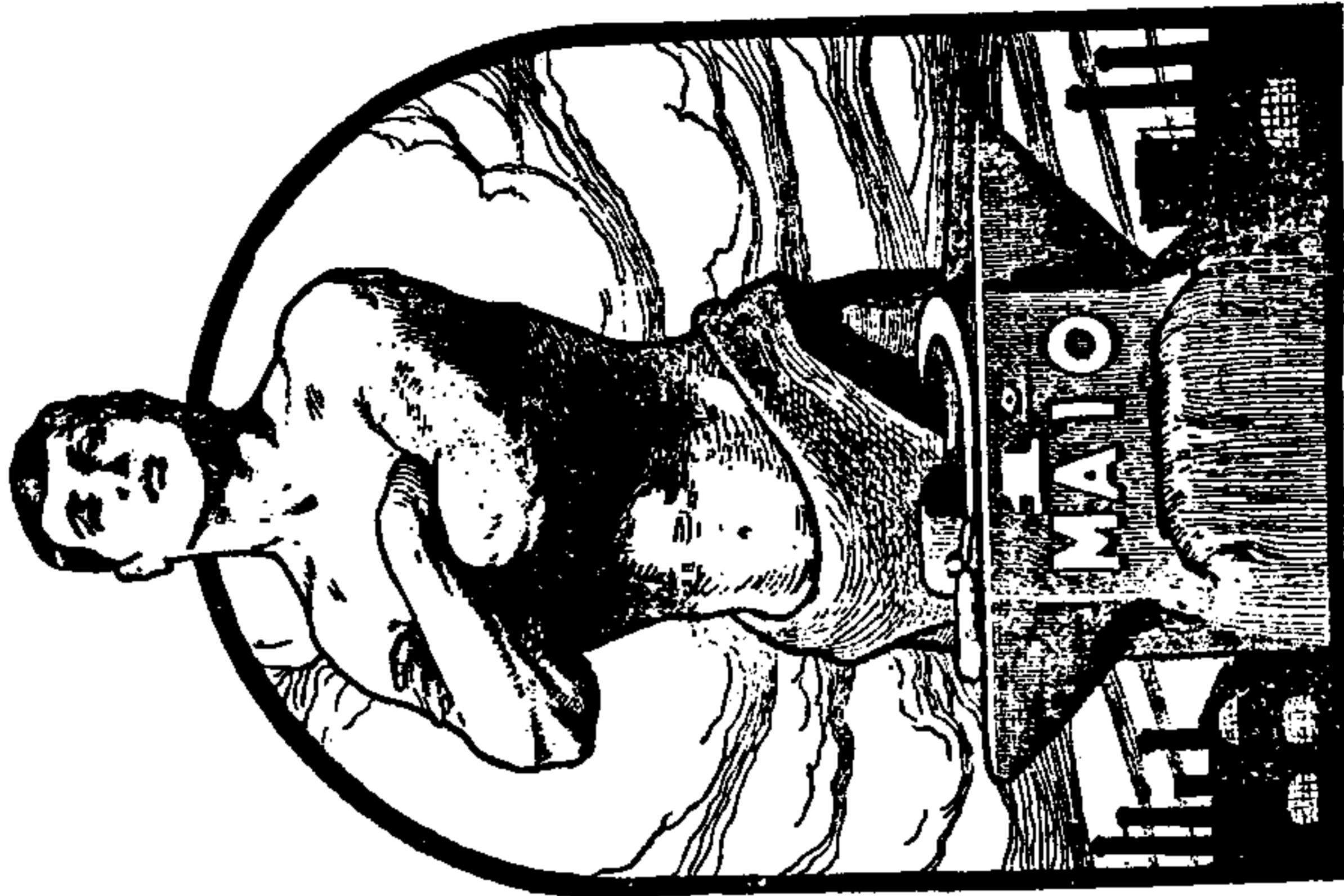
Há ainda outro aspecto negativo dentro da concepção de pluralismo sindical e que precisa ser destacado: não poucas vezes um sindicato, dentre os vários existentes em um único setor, julga-se no direito de representar toda a categoria, sendo que ele, por ser um dos vários sindicatos existentes, não tem representatividade para tal ação.

Ao contrário, o princípio da unidade sindical garante a existência de um único sindicato representativo para cada ramo de atividade em uma determinada região. Com isso evita-se a divisão e o consequente enfraquecimento do movimento sindical que, apesar da existência de várias tendências que atuam dentro do sindicato, vê garantida a existência de um único sindicato por categoria. Tem-se, por exemplo, em uma dada região, um único sindicato dos metalúrgicos, um único dos têxteis etc., ao contrário da situação onde há pluralismo, onde existiriam vários sindicatos metalúrgicos, têxteis etc.

Com o princípio da unidade sindical evita-se também outro ponto nefasto para os operários: que exista um sindicato para cada empresa. Um sindicato

por fábrica, não é difícil deduzir, permite um controle muito grande da direção da empresa sobre a direção do sindicato, o que, uma vez conseguido, tolhe a possibilidade de uma luta autônoma por parte dos operários, além de criar minúsculos sindicatos em vez de um único e forte para toda a categoria. Ao contrário, quando existe um único sindicato aglutinando várias empresas de um mesmo ramo, evidentemente isto o fortalece, aumentando sua força frente aos patrões, o que faz com que, quando este sindicato obtenha vitórias, elas beneficiem toda a categoria, indiscriminadamente, e não uma ou outra empresa, isoladamente. Vale lembrar que a existência do princípio da unidade sindical não implica a obrigatoriedade da sindicalização; esta sim permanece a critério do trabalhador que opta ou não pela sindicalização.

Realmente um grande êxito na luta pela unidade sindical foi a criação de sindicatos únicos em uma determinada região. Mas há ainda outros aspectos relevantes: a existência de sindicatos únicos por categorias possibilita aos operários, na sua luta pelo fortalecimento sindical, a criação de uma central única dos trabalhadores, momento maior da unidade sindical, que aglutina todas as categorias assalariadas da cidade e do campo. É evidente que uma central unitária e forte constitui-se num dos baluartes mais importantes da luta da classe operária contra o capital. O que não impede que dentro dela existam ope-



Proletariado cruza os braços e paralisa a indústria (A Plebe, 1/5/1923).

rários de várias tendências, como comunistas, socialistas, democratas-cristãos, reformistas, mas todos eles atuando juntos em torno das reivindicações imediatas da classe operária na luta contra a exploração capitalista.

Os limites do sindicalismo e o papel do partido político

Marx, Engels e Lenin sempre enfatizaram a importância da *luta econômica* como ponto de partida para o despertar da consciência da classe operária e a necessidade de *transformá-la* em uma *luta política*, onde, além de se reivindicar maiores vantagens no terreno econômico, pretende-se a conquista do poder político e o fim do sistema capitalista de produção.

Lenin, em seu artigo *Sobre o Sindicalismo*, tece considerações fundamentais sobre a importância das greves: estas, "por surgirem da natureza do sistema capitalista, significam o início da luta da classe operária contra toda a estrutura da sociedade. . . Toda greve infunde com enorme força aos trabalhadores a idéia do socialismo: a idéia da luta de toda classe trabalhadora por sua emancipação do jugo do capital. . .

Durante cada greve cresce e desenvolve nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para

a luta contra ele pelos direitos do povo.

Assim, pois, as greves ensinam aos operários a unirem-se, as greves lhes fazem ver que só unidos podem sustentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam aos operários a pensar na luta de toda a classe operária contra toda classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Por isso mesmo os socialistas chamam as greves *escola de guerra*, escola onde os operários aprendem a desencadear a guerra contra seus inimigos pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo do governo e do capital.

Porém, a *escola de guerra* não é ainda a própria guerra. . . As greves são um dos meios da classe operária para sua emancipação, porém não o único, e se os operários não prestam atenção aos outros meios de luta, com isso demoram o desenvolvimento e os êxitos da classe operária".

No mesmo sentido vão as considerações sobre os sindicatos: estes constituem um momento fundamental de organização da classe operária contra as usurpações do capital. Mas a luta sindical é limitada na medida em que é uma luta constante pela melhoria salarial e não diretamente contra o sistema capitalista que gera o sistema de salários. A luta sindical é uma luta contra os efeitos do capitalismo e não contra as suas causas.

Marx apontou com lucidez a relação entre a *luta econômica* e a *luta política*. A primeira restrin-

ge-se ao terreno econômico, não rompendo com as raízes do modo de produção capitalista. A classe é ainda uma *classe em si*, pois que não se constitui ainda como uma força política eficaz contra o capitalismo. O segundo momento, mais avançado, é quando a classe formula um projeto político que visa extinguir o capitalismo, o que implica destruir os antagonismos existentes através da supressão das classes. Esse momento, o da *classe para si*, é um momento nitidamente político e que carece da atuação do partido revolucionário da classe operária, cuja missão e tarefa é dar direção ao processo revolucionário; é tarefa do Partido conduzir as explosões imediatas da massa visando à tomada do Estado e sua transformação em Estado socialista, onde a classe operária torna-se *classe dominante*.

Lenin travou todo um debate com aqueles que acreditavam que a luta econômica em si já era revolucionária, mostrando que esta interpretação era espontaneísta, pois acreditava na sublevação instântanea e espontânea das massas. Mostrou que espontaneamente o proletariado não conseguiria afastar-se do *trade-unionismo*, do economicismo, e que a direção política da luta contra as raízes da ordem e do Estado capitalista implicava a direção dada pelo Partido Revolucionário da classe operária.

Se a luta econômica é fundamental com ponto de partida para a consciência operária, a verdadeira consciência de classe revolucionária, de tomada do

poder pelos trabalhadores, é dada pela participação fundamental do Partido. Lenin enfatizou que o movimento de massas, em seu espontaneísmo, não conseguiu ir além do reformismo, o que, por sua vez, limita suas reivindicações ao universo burguês; a participação propriamente política implica uma direção do Partido através de uma concepção de revolução que se fundamente na luta concreta das massas operárias e que as direcione para a conquista do socialismo. Ainda para Lenin, a consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, de fora da luta econômica, de fora das relações imediatas entre operários e patrões. O que significa que, para o operariado tornar-se revolucionário, é preciso ir além da luta imediata; é preciso compreender o poder político e o papel do Estado que garante a dominação capitalista. O que Lenin mostrou em seu escrito *Que Fazer?* é que não se atinge essa visão ampla através de um processo espontâneo, de luta exclusivamente dentro da fábrica, mas que é necessária à fusão desta luta imediata, concreta, com a teoria revolucionária dada pelo Partido Político.

O Partido é, pois, a organização que liga a teoria com a prática operária, que dirige as massas através da elaboração de uma teoria do movimento de massas, de uma tática e de uma estratégia para a transformação social.

Do que se depreende que a luta política é mais

complexa e mais ampla que a luta econômica. Esta distinção, por sua vez, é mais nítida nos países onde existem liberdades democráticas plenas. Nestes países a luta propriamente política é ainda mais intensa. Essa distinção tende a diminuir consideravelmente em países onde, em função da inexistência de liberdades mínimas, tanto a luta sindical quanto a luta política são consideradas ilegais. Aí, qualquer manifestação, à princípio econômica, ganha um claro caráter político de confronto com o poder.

De qualquer forma as relações entre o Sindicato e o Partido são fundamentais e indispensáveis para o avanço da classe operária. É dever de todo operário comunista, diz Lenin, atuar e trabalhar efetivamente nos sindicatos que, dada a sua abrangência, aglutinam todas as categorias de operários e colocam-se como locais fundamentais para que o Partido possa exercer sua influência junto às massas. Cada partido deve sistematicamente, e com perseverança, conduzir uma ação no seio dos sindicatos, das comissões de fábricas e demais organismos dos trabalhadores. No interior destas organizações é necessário criar núcleos comunistas que, através de um trabalho contínuo, devem conquistar as direções dos sindicatos e demais organismos para a luta mais ampla visando a transformação da sociedade.

Essa influência será tão mais significativa quanto mais amplos forem os sindicatos e maior for a presença de operários avançados politicamente.

Lembre-se, porém, que essa influência não significa um vínculo obrigatório entre o Sindicato e o Partido. O que é necessário, isto sim, é que, sendo um local fundamental para a organização operária, os sindicatos devem procurar levar sua luta em consonância com aquela luta política mais ampla de emancipação da sociedade, cuja direção é dada pelo Partido Político.